

PARCERIA ENTRE ÓRGÃOS PÚBLICOS E ONGS PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE

PARTNERSHIP BETWEEN GOVERNMENT BODIES AND NGOS FOR HEALTH PROMOTION

Ana Laura Freitas Silva

Karollayne Isamara Macedo Passos

Kevim Kennedy Baldoino Prado

Mario Borges de Freitas Filho

Matheus Sousa Duarte

Rafaela Mozeti Queiroz

Tatiana Antonia Avila

Thayna Kanaïama de Souza Lemos

Verônica Marques Colmanetti Rezende^{*1}

Ana Paula Barbosa^{*2}

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo pesquisar a possibilidade em se fazer parceria entre órgãos públicos e Organizações Não Governamentais com a finalidade de promoção de saúde. Matos (2005) relata que nesta busca, entende-se que as ONGs ocupam e se destacam no papel de mediadora nas parcerias entre a comunidade, setores públicos e privados. Além disso, usa criar e aplicar programas sociais que gerem a integração dos voluntários promovendo assim a saúde, educação, dentre outras. Seu objetivo é a busca de uma sociedade mais igualitária, proporcionando uma melhor qualidade de vida àqueles que se encontra em situação onde suas necessidades básicas não são atendidas pelas políticas públicas. Este projeto foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, sendo assim concluímos que é fundamental essa parceria entre as instituições públicas e as Organizações Não Governamentais, para que as instituições tenham um suporte confiável, no intuito de fazer com que aqueles que sejam os beneficiários de suas ações sejam atendidos.

Palavras Chaves: Organizações Não Governamentais, Voluntários, Promoção.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the possibility in making partnership between public agencies and non-governmental organizations for the purpose of health promotion. Matos (2005) reports that this search, it is understood that NGOs take up and excel in the role of mediator in the partnerships between the community, public and private sectors. Also, use to create and implement social programs that manage the integration of volunteers thus promoting health, education, among others. Your goal is to search for a more egalitarian society, providing a better quality of life to those who are in a situation where their basic needs are not met by public policies. This project was carried out by means of literature, so we concluded that it is essential that partnership between public institutions and NGOs, so that the institutions have a reliable support in order to make those who are the beneficiaries of their actions are met.

Key words : Non Governmental Organizations, volunteers and Promotion

I- INTRODUÇÃO

O presente artigo busca através de pesquisa bibliográfica, verificar como se dá a parceria entre os órgãos públicos e as organizações não governamentais para a promoção de saúde.

Antes de adentrarmos nesta parceria, mister se faz definir o que vem a ser a promoção de saúde, ou **seja**, segundo a portaria 687, de 30 de março de 2006 do Ministério da Saúde informa que,

“É uma estratégia de articulação transversal na qual se confere visibilidade aos fatores que colocam a saúde da população em risco e às diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes no nosso País, visando à criação de mecanismos que reduzam as situações de vulnerabilidade, defendam radicalmente a equidade e incorporem a participação e o controle sociais na gestão das políticas públicas.”

Segundo Ministério da Saúde (2003, p.18),

Em 1977, a Organização Mundial da Saúde propôs a seguinte meta: “Saúde para Todos no ano 2000”. Como decorrência, tanto o cenário brasileiro quanto o mundial estabeleceram um debate sobre o conceito de saúde-doença e a estruturação dos serviços de saúde. Um dos aspectos centrais no encaminhamento dessa meta era o detalhamento e a operacionalização do conceito de equidade, reconhecendo-se como fundamental a superação das desigualdades sociais para a melhoria das condições de saúde das populações.

A I Conferência Mundial de Promoção da Saúde ocorreu em 1986, na cidade de Ottawa, Canadá, tornando-se a principal referência nesse campo e contribuindo para ampliar as discussões sobre os determinantes da saúde (fatores sociais, econômicos e ambientais) e as ações de promoção. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003, p.18)

Na ocasião, a promoção da saúde foi conceituada pela Carta de Ottawa como “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo”. Essa concepção faz com que a população deixe de ser apenas o alvo dos programas, passando a assumir uma posição atuante na definição dos problemas a serem enfrentados. Amplia-se a concepção de saúde referindo-a aos seus determinantes e, também, à possibilidade de intervenções que extrapolam o setor saúde. Os campos de ação, definidos no documento elaborado nessa Conferência, incluem cinco eixos de atuação, quais sejam: “Elaboração e implementação de políticas

públicas saudáveis, criação de ambientes favoráveis à saúde, reforço para a ação comunitária; desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação dos sistemas e serviços de saúde.” (BUSS, 1999) *apud* (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007, p. 2)

Para que a promoção de saúde seja atingida, além do relatado acima, objetivos e metas devem ser enumeradas, tendo em vista que é um processo complexo e multifacetado.

Idealmente, buscam-se resultados fantasiosos, rápidos e gigantes, sendo que após algumas pesquisas percebe-se que a experiência mostra que se tendo os propósitos e as finalidades claros e delimitados, prevendo e reduzindo a perda de tempo em alguns projetos que não tem futuro, bem como, gastos financeiros desnecessários, e, com isso promovendo e impulsionando a conscientização e o fortalecimento da saúde individual/coletiva.

Neste intuito, devido ao fato de os órgãos públicos encontrarem dificuldades em atender as necessidades básicas de toda a população menos favorecida ocorreu o surgimento das entidades capazes de auxiliar o setor público em vários campos, como saúde, educação, entre outros. Essas entidades que possuem origem no seio de movimentos sociais, muitas vezes exercem atividades econômicas, porém não visam o lucro e se preocupam primeiramente em atender aos desfavorecidos (SERVA, 1997).

II- REFERENCIAL TEÓRICO

Na atualidade o terceiro setor tem crescido significativamente, onde as pessoas trabalham sem pensar em retorno financeiro. Neste setor se encontram as organizações não governamentais, que é parte importante na socialização tanto dos que ali prestam seus trabalhos voluntários, como também dos que são assistidos pela instituição. Os tipos de experiências de trabalho voluntário encontrado numa sociedade exprimem seu nível de solidariedade. “O voluntário, pela gratuidade do trabalho, muitas vezes se posiciona como uma agradável visita, que oferece a instituição, além do seu tempo, uma ajuda em espécie e/ou recursos.”(TERRA, 2005, p. 17)

Segundo Costa (1992, p. 9-10) “uma entidade ou sociedade sem fins lucrativos é composta de empresas ou pessoas bastante motivadas em busca de soluções para a coletividade da qual fazem parte.”

Nas instituições é muito importante saber o processo ao qual se destina o trabalho voluntário, que, diga-se de passagem, não é um trabalho recente, estando presente na sociedade há um bom tempo.

Muitas ONGs por não possuírem a participação do estado, fazem uso do trabalho voluntário a fim de conseguir manter-se, pois, estas precisam cobrir suas despesas através das ações daqueles que abraçam a causa para que seus objetivos sejam atingidos.

E a maneira mais eficaz de se buscar este apoio é se definir e aprender sobre o ser humano, a relação humana, termo muito utilizado dentre aqueles que trabalham com pessoas, segundo Costa (1992, p.49)

“Modernamente, entende-se por relações humanas uma atitude que deve prevalecer no estabelecimento e na manutenção dos contatos entre pessoas. Essa atitude deve estar assentada no princípio de que cada pessoa possui uma personalidade com características próprias que devem ser respeitadas[...] assim como as pessoas são diferentes entre si, também a composição e a estrutura das necessidades variam de indivíduo para indivíduo”

Em relação às necessidades que cada um possui, podemos acreditar que seriam passíveis de serem suprimidas pelo próprio indivíduo? Em que situações outras pessoas poderiam ajudar este indivíduo com suas necessidades? Pensamos que a empatia seria uma das atitudes que estaria colaborando para suprimir tais necessidades. Segundo Costa (1992) Uma das formas de que dispomos para compreender e ajudar as pessoas é praticando a empatia, ou seja, colocando no lugar do outro e sentir quais seriam suas necessidades e como este outro pensa. Sendo que para que isto aconteça, necessitamos de um completo conhecimento de nós mesmos.

Existem várias formas de se deparar com a empatia, como exemplo a presença dela nas entidades que prestam serviços para uma comunidade, principalmente para aqueles mais necessitados. Porém nesta ação não envolve somente a empatia, para que o objetivo seja alcançado é necessário o respeito entre aqueles que estão ali realizando seus trabalhos em benefício do outro.

Segundo Costa (1992, p. 47) “Quando lidamos com os associados ou funcionários da entidade, [...] naturalmente enfrentamos problemas, de um modo ou de outro, nosso trabalho se torna mais fácil e agradável se formos capazes de conservar o respeito daqueles com quem lidamos”. Porém não podemos deixar de focar no objetivo da entidade, onde a motivação que existe entre aqueles que ali estão traz segundo Costa (1992, p.10) “[...] A Certeza de que todo o esforço dispendido [sic] retorna em benefícios para a entidade ou a comunidade[...]”.

Este trabalho que é realizado em benefício do outro é chamado de voluntário, este termo surgiu em nosso País próximo ao seu descobrimento, segundo Terra (2005) “a religiosidade esteve presente no surgimento do trabalho voluntário, com destaque para a Católica, onde com a criação das Santas Casas de Misericórdia, sendo a primeira em 1543, Vila de Santos-São Vicente, sendo esta, a primeira ONG do Brasil.”

Ainda segundo Terra (2005) “até os tempos atuais ainda é a religiosidade responsável pelo desempenho de maior influência no voluntariado brasileiro.”

“O Voluntário é o jovem ou o adulto que devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social ou em outros campos (...).” (TERRA, 2005, p.19)

A lei n.º 9.608, de 18 de fevereiro de 1998) vem dispor sobre o serviço do voluntário, que diz em seu “Art. 1.º - Considera-se serviço voluntário, para fins desta lei, a atividade não-remunerada, prestada por pessoas físicas e entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não-lucrativos, que tenha objetivos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

O voluntário não presta serviço quando assim pretende, pois não é por ser gratuita, que o mesmo poderá decidir onde, quando e qual serviço prestará, porém não é por ter firmado o termo de adesão como afirma Terra (2005) que nada pode impedi-lo de deixar de prestar esses serviços, desde que se tenha assinado o termo de desligamento pelas partes. Porém enquanto o termo de adesão estiver valendo, cria a expectativa por parte da organização que o voluntário cumpra com os serviços a que se comprometeu, sendo os prejuízos criados por sua omissão passíveis de ressarcimento. (TERRA, 2005)

Na maioria das situações os voluntários prestam serviços em instituições sem fins lucrativos. “Geralmente, reforça-se a referência “sem fins lucrativos” quando se refere ao terceiro setor, com uma inserção ambígua no mundo dos negócios e no mercado, acrescentando a intenção de substituir o Estado no enfrentamento das questões sociais.” (MATOS, 2005).

Autores como Fernandes (1994, p. 33, 65, 129) *apud* Matos, (2005, p. 40) relatam que:

Para alguns poderiam ser reconhecidos quatro segmentos do terceiro setor: formas tradicionais de ajuda mútua (creches, asilos, hospitais); movimentos sociais e das associações civis (que lutam por uma determinada causa, assumindo um caráter reivindicatório ou contestatório junto à sociedade e o Estado); organizações não governamentais; e filantropia empresarial (das empresas, ou organismos por elas financiados, que apoiam a execução de projetos sociais, sem preocupação com a lucratividade).

“Assim, as ONGs poderiam ser diferenciadas de outras iniciativas pela sua incorporação de conceitos como justiça social, cidadania global Valderrama & Coscio, (1998) *apud* Matos” (2005, p.41), já o terceiro setor assumiria mais as referências de colaboração e interação, reduzindo as noções de conflito ou contradição. (MATOS, 2005)

Segundo Landin (1996), ONG é uma organização constituída na sociedade civil com atuação na prestação de serviços, na organização da sociedade, promovendo modos alternativos de produção, com foco no desenvolvimento socioeconômico e o fortalecimento da cidadania.

Para Matos (2005, p. 29-30), “de um ponto de vista formal, as ONGs são agrupamentos coletivos com algum nível de institucionalização, entidades privadas com fins públicos e sem fins lucrativos, podendo contar com participação voluntaria (engajamento não-remunerado, pelo menos de seu conselho diretor).”

Já Terra (1999, p. 14) conceitua que “Organização Não Governamental é uma forma de sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitário.”

As ONGs segundo Matos (2005) diferenciam do Governo e de empresa, e caracterizam-se com a sociedade civil. Nesse amplo quadro englobam-se tanto organizações meramente recreativas ou de assistência social como as parceiras ou atuantes nas políticas publicas.

Além das empresas privadas com intuito de diminuir seus tributos bem como desenvolver a socialização, nessa mesma linha as ONGs vem se expandindo.

Matos (2005, p. 29) cita que, “A criação e a expansão das ONGs devem ser vistas como um fenômeno social e histórico. No processo de expansão de circuitos de cooperação, essas referências marcam seus estilos de ações, canais e estratégias utilizados, projetos propostos e executados.”

Ainda Matos (2005), informa que,

Concomitantemente com a expansão das ONGs e o estabelecimento e a ampliação de redes, outros tipos de entidades articuladas a ações sociais foram criadas, o chamado terceiro setor, que, vinculado à filantropia empresarial, procura atuar e se firmar por meio de variadas ações propositivas e afirmativas, tendo uma tendência a se estruturar como empresas denominadas cidadãs, devido estarem englobadas como empresas sem fins lucrativos.

Considerando as diferentes maneiras que elas têm para se financiarem como, por exemplo, doações, é possível ter uma noção das diversas relações que as ONGs podem

estabelecer e que, através delas, garantem, não apenas a sua sobrevivência, como também a realização de objetivos daqueles agentes com os quais elas interagem, Scherer-Warren (2002, p.64) *apud* Matos, (2005, p. 33) relata que:

As ONGs tem procurado estabelecer redes, para dinamizar diálogos e enfrentar os múltiplos desafios de suas ações, como: garantir legitimidade, resolver problemas financeiros (escassez de dinheiro para os gastos necessários), assegurar resultados (promover mudanças ou impactos concretos, por meio de ações), substituir ações espontâneas por ações organizadas, influir nas questões de poder e gerencia, da estruturação organizacional, democratização na gestão, entre outros.

Como afirma Terra (1999) o objetivo principal é reunir os membros de determinada comunidade em torno de seus problemas fundamentais com o intuito de solucioná-los, gerando assim o desenvolvimento da comunidade e proporcionando a seus integrantes as condições necessárias para a completa realização das funções propostas.

Assim como todo movimento social as ONGs passam por estágios de desenvolvimento os quais podem levar a alcance dos objetivos comunitários. Devido ao fato destas necessitarem de legalização com urgência, elas elaboram propostas a fim de conseguir essa conquista e isso faz com que a luta seja prioridade.

Neste caso, Terra (1999, p.15), afirma:

Que o grupo se legitima pela ação popular e não pela documentação. Um grupo pode abarcar um número maior ou menor de membros. Exemplo: família, sindicato, paróquia, cooperativa, associações diversas, onde se instalam objetivos comuns, permanentes, interesses interdependentes, comunicação e interação mútua, normas, lavando o grupo a ter uma identidade. Com esses requisitos, se dá uma primeira superação da simples soma de indivíduos.

De acordo com que vários autores relatam, existem vários tipos de instituições sem fins lucrativos, sendo estas um complemento dos serviços públicos que não conseguem atingir a toda a população, principalmente aquelas mais necessitadas, onde ficam sem atendimentos relacionados à educação, saúde e serviço social, entre outros serviços.

Terra (1999, p.24) relata que “muitos grupos comunitários usam do direito de representatividade pela legitimação popular[...]. No entanto, quando esse grupo necessita de parcerias e benefícios públicos, esbarra na condição preliminar, que é a documentação [...]” .

Uma das documentações que as entidades necessitam ter é o estatuto, que segundo Costa (1992, p.16) “Para que uma entidade seja legitimada precisa ter seus estatutos devidamente aprovados por uma assembleia geral, registrados em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e publicados no Diário Oficial do Estado onde estiver operando” [...]

Tais documentações são exigências para que as instituições possam estar legalizadas perante a lei, ou seja, para que possam usufruir dos direitos que a Lei lhe confere, conforme é a Filantropia.

Como não há os serviços públicos para garantir a todos necessitados esse apoio, o governo criou vários benefícios para que empresas privadas possam diminuir seus impostos investindo na filantropia em relação aos benefícios que estas instituições recebem do estado, por estar assumindo ações que deveriam ser realizadas por este.

Para Matos (2005, p. 40)

Incorporando grandes, médias, pequenas empresas e o setor financeiro, o terceiro setor apoia ou investe na filantropia como forma de diminuir o pagamento de taxas e impostos. Fundações foram criadas agregando iniciativas e empresas, buscando administrar as práticas, gerir recursos, potencializar ações, organizar o voluntariado, voltando-se para obras sociais com objetivos variados: apoio à educação formal e ambiental, às crianças, aos idosos, entre muitas outras.

Terra (1999, p. 24) defende que:

As ONGs [...] assumem hoje tarefas antes reservada ao Poder Público, que pelas reformas estruturais têm abandonado áreas politicadas que eram de controle e direção do Estado. Por outro lado, os Estados, em vez de cooperarem com as estruturas públicas ineficientes, cooperam com as ONGs – organizações intermediárias e executoras.

Para Matos (2005) As ONGs se destacam como mediadoras nas parcerias entre a comunidade local organizada, setores públicos e privados, com aplicação de programas sociais como: educação, saúde, saneamento, meio ambiente, geração de renda, entre outros, buscando uma sociedade mais igualitária, justa, com novas práticas coletivas.

As ONGs, por meio de leis podem também obter recursos, junto ao poder público, para realizar seu trabalho, vide a promulgação de leis para beneficiamento dos idosos e deficientes especiais quanto a seus direitos e necessidade de fraldas geriátricas:

A Lei de Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003, informa em seu Art. 2º que o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Já em seu art. 3º afirma que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, como absoluta prioridade, a efetivação do

direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Existe também um projeto de lei de número 823/2011 tramitando pelo congresso que complementa a anterior dispondo a obrigatoriedade do fornecimento de fraldas descartáveis aos portadores de necessidades especiais e idosos, isso se deu pelo fato de a utilização de fraldas geriátricas provocarem o sentimento de tranquilidade e segurança ao idoso ou portador de necessidades especiais.

III- METODOLOGIA

O método utilizado foi o dedutivo o qual faz o uso da dedução para se atingir as particularidades, nesse método é necessário ter uma premissa maior, ou seja, um princípio que se reconhece como verdadeiro e inquestionável, como também uma premissa menor que o pesquisador estabelece a partir de uma proposta particular, ambas são comparadas para uma conclusão. (LAKATOS E MARCONI, 1991, p. 62).

Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em um material que já foi elaborado e este é constituído principalmente de artigos científicos e livros, mas não é recomendado o uso de trabalhos oriundos da internet. Os livros podem ser classificados como de leitura corrente e de referência, os de leitura corrente abrangem diversos gêneros da literatura os quais além de romances e poesias, se tem obras de divulgação que proporcionam conhecimentos científicos, os de referência são os que possibilitam a obtenção rápida das informações exigidas ou a localização das obras que possuam este conteúdo. A vantagem da pesquisa bibliográfica é o fato de o investigador ter uma cobertura de uma série de informações concretas e comparáveis.

A observação não participante, que segundo Alvarez (1991, p.560) é algo que faz parte do ser humano e seu método de colher as informações, esta técnica deve ser sistematicamente planejada, registrada e ligada ao contexto de levantamento que está sendo realizado, pois, se não existir estes cuidados o resultado não poderá agregar conhecimentos ao observador.

IV- CONCLUSÃO

Sendo assim, o presente artigo examinou através de pesquisas bibliográficas a relação de parceria entre ONGs e o Estado. Relação esta, que por sua vez esta em crescimento no Brasil, que tem como objetivo satisfazer as necessidades individuais e coletivas dentro das comunidades. Para que essa finalidade seja atingida, pesquisou sobre as ONGs, organizações estas que vivem de doações para poder executar seu trabalho com o constante esforço mantido, pois, estas instituições são sem fins lucrativos, lutando por sua sobrevivência e assim manter o seu trabalho em prol da coletividade, promovendo assim a promoção de saúde, educação, com o foco de uma sociedade mais igualitária, conseqüentemente com uma integração social melhor.

Ressalta-se a grande importância, também, da parceria de empresas e o setor financeiro no apoio, por meio da filantropia, as ONGs, visto que apenas a adesão de voluntários individuais não satisfaz a necessidade que as ONGs enfrentam para manterem-se atuantes, diante da alta demanda que atendem. Para tanto, conclui-se como totalmente assertiva a criação de leis que beneficiem, por meio de isenção/diminuição de impostos, tais empresas que apoiam a causa do voluntário. Para Matos (2005) “o terceiro setor investe na filantropia acreditando ser uma forma de diminuir o pagamento de taxas e impostos”.

Terra (1999) defende que “os Estados, desistindo das estruturas públicas ineficientes, cooperam com as Organizações Não Governamentais intermediárias e executoras”. Diante do observado, deduz-se que, como ONGs assumem trabalhos que inicialmente competem ao Estado, os supracitados benefícios concedidos às empresas, como forma de incentivo ao apoio das instituições, não acarretam prejuízo a Este, visto que retornam de outra maneira no trabalho das ONGs, que atuam para suprir as mazelas da sociedade, concluindo que a importância das Organizações Não Governamentais para a promoção de saúde é fundamental, vendo que estas realizam ações em que o objetivo é na maioria das vezes o bem estar dos beneficiários, como também dos voluntários que ali realizam seus trabalhos.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, M. E. B. - **Organização, Sistemas e Métodos**. São Paulo: McGraw Hill, v. 1 e 2, 1991.

BRASIL. **Consolidação do Serviço Voluntário**. Lei n. 9.608, de 18 de Fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Brasília, 177º da Independência e 110º da República, 1998.

BRASIL. **Consolidação do Estatuto do Idoso**. Lei n. 10.741, de 01 de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 182º da Independência e 115º da República, 2003.

BRASIL. **Coleção de leis da República Federativa do Brasil**. Congresso. Câmara Federal. Projeto de Lei n. 328, de 2011. Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de fraldas descartáveis às pessoas portadoras de deficiência e idosos, Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias de Promoção da Alimentação Saudável para o Nível Local**. Relatório da oficina de Trabalho do I Seminário sobre Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006, Aprova a Política de Promoção da Saúde, Brasília, 2014.

COSTA, A. T. – **Administração de Entidades sem Fins Lucrativos**. São Paulo: Livraria Nobel S. A., p. 9-10, 1992

GIL, A. C. - **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, A. M. C. - **Contribuição da Teoria da Observação à prática da Auditoria** in Anais do 3o. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: 2003 disponível em <<http://www.eac.fea.usp.br/congressousp/congresso3/trabalhos/15.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. – **Metodologia Científica**, 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1991, p.62.

LANDIN, L. - **Para além do mercado e do Estado?: filantropia e cidadania no brasil.** Textos de pesquisa, Núcleo de Pesquisa, [S.L.], 1996.

MATOS, M. I. S. - **Terceiro Setor e Gênero. Trajetórias e perspectivas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.

Ministério da Saúde Série F. **Comunicação e Educação em Saúde** Tiragem: 2.^a edição revista - 1.a reimpressão - 2003 - 100.000 exemplares

SERVA, M. **O Estado e as ONGs: uma parceria complexa.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 31, n. 6, p. 41-54. 1997.

SOUZA, J. S. - **Uma supermãe, a serviço do próximo.** O Diário da Franca, Franca-SP disponível em <http://www.diariodafanca.com.br/conteudo/noticia.php?noticia=31293&categoria=11>>. Acesso em: 04 Abr. 2016.

TERRA, G. A. D. **ONG Organização Não Governamental: Manual Técnico de Orientações,** Uberaba, 1999.

TERRA, G. A. D. **Voluntário – Atente de Transformação Social Manual de Orientação** Uberaba, 2005.